REDD+ RORAIMA

POLÍTICA ESTADUAL DE IMPULSIONAMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-AMBIENTAL DE BAIXAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA PROVENIENTES DO DESMATAMENTO E DA DEGRADAÇÃO FLORESTAL EM RORAIMA

GOVERNO DE RORAIMA

femarh
Fundação Estadualdo Meio Ambiente e Recursos Hídricos

FAS

PNUD

GCF task force
Governors' Climate and Forests Task Force

IPAM Amazônia

REDD RORAIMA +

GRUPO DE TRABALHO SOCIAL - GTS REDD+

Previsto no Decreto 29710-E de 09/12/2020, tem por finalidade coordenar, discutir e consolidar o processo de concepção dos planos, programas e projetos, apoiar consultas públicas, pactuar salvaguardas, a governança e a participação da sociedade no âmbito do Sistema de Valorização Ambiental e Desenvolvimento Sustentável de Roraima - Roraima Verde.

O GTS é composto por 4 (quatro) Câmaras Temáticas (CT), sendo:

- CT Indígena;
- CT Agricultura familiar;
- CT Povos e Comunidades Tradicionais; e
- CT Sociedade Civil Organizada.

As Câmaras Temáticas são representadas por 2 membros, sendo titular e suplente, a serem indicados pelas Instituições, assegurando a equidade de gênero.

GOVERNO DE RORAIMA

femarh
Fundação Estadualdo Meio Ambiente e Recursos Hídricos

FAS

PNUD

GCF task force
Governors' Climate and Forests Task Force

IPAM Amazônia

REDD+ RORAIMA

SALVAGUARDAS SOCIAMBIENTAIS

As salvaguardas socioambientais **são ações que buscam evitar riscos e impactos indesejados das atividades de REDD+** e, ao mesmo tempo, potencializar os benefícios dessas atividades. **As Salvaguardas precisam garantir e respeitar os conhecimentos, direitos e modos de vida das populações indígenas e comunidades tradicionais.**
Como norteador desse processo, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), apresenta sete salvaguardas que devem apoiar todas as fases de implementação de políticas, estratégias e planos relacionados à REDD+, que devem ser orientados pelos Princípios de Cancun, são eles:

a) ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes;
b) estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional;
c) **respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais,** levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, leis nacionais e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;
d) **participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais;**
e) ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 da Decisão 1/CP 16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, assim como para contribuir para outros benefícios sociais e ambientais;
f) ações para evitar os riscos de reversão de resultados de REDD+; e,
g) ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.

GOVERNO DE RORAIMA
femarh Fundação Estadualdo Meio Ambiente e Recursos Hídricos
FAS
PNUD
GCF task force Governors' Climate and Forests Task Force
IPAM Amazônia

REDD + RORAIMA

REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO (REDD+)

As mudanças climáticas são um tema de grande relevância que nos últimos anos têm sido amplamente debatidos no Brasil e no mundo. O desmatamento das florestas é um dos fatores responsáveis pelas alterações climáticas. O aquecimento global com previsões cada vez mais altas requer que governos definam iniciativas de mitigação e adaptação a essas mudanças.

Os ecossistemas estão vulneráveis às mudanças climáticas, comprometendo os serviços ambientais que eles fornecem. Por essa razão, a conservação dos ecossistemas é fundamental para o equilíbrio climático. O Brasil tem sido referência na implementação de políticas e estratégias de mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+), bem como no desenvolvimento de iniciativas estaduais de políticas para a valorização dos Serviços Ambientais.

O REDD+ tem sido globalmente discutido ao longo da última década e muitos esforços têm sido feitos para desenvolver os instrumentos necessários para a sua implementação. Desde o seu surgimento, na Conferência das Partes (COP) de Bali em 2007, inúmeras iniciativas foram desenvolvidas em todo o planeta. Para estimular essas iniciativas, foram criados financiamentos internacionais voltados a desenvolver planos de investimento e estratégias Jurisdicionais, além de iniciativas inovadoras em REDD+, desde que sejam cumpridos os critérios e metas que levem à redução das emissões de gases de efeito estufa por atividades de mudança de uso do solo.

GOVERNO DE RORAIMA

femarh
Fundação Estadualdo Meio Ambiente e Recursos Hídricos

FAS

PNUD

GCF task force
Governors' Climate and Forests Task Force

IPAM Amazônia